

Riccardo Marchi

À DIREITA
DA REVOLUÇÃO

*Resistência e contra-revolução
no PREC (1974-1975)*



Índice

Prefácio	
<i>A DIREITA E AS DIREITAS NO TEMPO DA ESQUERDA</i> por Jaime Nogueira Pinto	7
<i>Introdução</i>	17
Capítulo 1	
OS PARTIDOS DE ABRIL	25
Capítulo 2	
A INVENTONA DE SETEMBRO	119
Capítulo 3	
A INTENTONA DE MARÇO	181
Capítulo 4	
OS CLANDESTINOS DO PREC	251
<i>Conclusões</i>	339
<i>Bibliografia</i>	349
<i>Notas</i>	353

A DIREITA E AS DIREITAS NO TEMPO DA ESQUERDA

Como todos os movimentos, partidos e correntes de ideias que têm por inimigo principal um fantasma, ou uma controversa entidade desaparecida há quase meio século, o antifascismo português tem os seus acessos de delírio. E é de um desses delirantes acessos que se acha agora enfermo — desde que apareceu o CHEGA, um partido nacional popular, e conseguiu levar André Ventura a São Bento.

Mas os antifascistas de hoje têm duas atenuantes: a primeira é que só sabem do «fascismo português» o que lhes contaram e contam e recontam; a segunda é que aquilo a que chamam fascismo — os actuais movimentos, partidos e personalidades de direita popular, populista, radical, nacional, nacionalista, identitária — tem vindo a chegar ao poder por via eleitoral em países importantes: com Donald Trump nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil e Viktor Orban na Hungria, para só falar do trio dos mais detestados.

Sabem também que há partidos europeus, como o Rassemblement National, de Marine Le Pen, ou a Lega, de Matteo Salvini, que congregam a votação popular em França e em Itália; e que um nacional conservador, Boris Johnson, tirou o Reino Unido da União Europeia; e que em Espanha há um novíssimo partido, o Vox, nascido à volta da defesa da unidade de Espanha e do combate à imposição e à inquisição da correcção política, que saiu da obscuridade para, em pouco mais de um ano, se tornar a terceira força partidária do país.

E, assim sendo, até se percebe a inquietação destas estremecidas almas — na sua maioria ainda devotas e simpatizantes de Marx, de Mao, de Lenine e de vários ditadores periféricos — e o seu alarme

com o aparecimento de uma direita que não lhes pediu licença, nem aos velhos capitães de Abril, para existir. Mas podiam estudar mais o inimigo, perceber melhor a hidra de sete cabeças do fascismo lusitano, para corrigir a inquestionável e inquestionada «narrativa histórica» do anterior regime e da sua queda, em que insistem, e a amálgama que fazem da direita e das direitas.

Aqui entra Riccardo Marchi. Marchi era um jovem italiano quando um dia aterrou em Lisboa e descobriu que havia, neste nebuloso capítulo, uma história por contar, ou muito mal contada — a história da direita e das direitas portuguesas em Portugal nos últimos sessenta anos —, e que a ela se dedicou. E além de preencher esta lacuna, Marchi tem contribuído para que se vá fazendo luz sobre um período obscurecido e destorcido por lendas e narrativas mirabolantes e maniqueístas, repetidas por conveniência ou ignorância. E não só pela esquerda mas até por alguns dos simpatizantes dessas direitas.

Devemos, pois, a Riccardo Marchi o estudo e o trabalho de pesquisa paciente, escrupuloso e objectivo de um mundo de raízes complexas, de manifestações contraditórias e de produtos genuínos e ambíguos que é o da direita e das direitas em Portugal, nas suas muitas espécies, qualidades e ordens, radicais e moderadas, revolucionárias e conservadoras, estatistas e liberais. Isto sem que entremos pela História adentro e consideremos direitas monárquicas e republicanas, salazaristas e anti-salazaristas, germanófilas e anglófilas, autoritárias e liberais. É que a direita, como a esquerda, vista de perto com isenção e rigor, é tudo menos o bloco monolítico que os seus inimigos tresvêem, treslêem e amalgamam imprecisamente sob a cómoda designação de «fascismo» (quando não de «nazismo»). Tanto que poderá até perguntar-se — mas, afinal, o que é que então une as direitas? Se são assim tão variadas, qual é o seu denominador comum?

Como observou há muito o Professor Martim de Albuquerque, excluindo uma certa originalidade na construção da legitimidade e institucionalização do Além-Mar, das «terras de descoberta e conquista», a direita portuguesa foi seguindo a evolução do pensamento político das direitas europeias, especialmente das

francesas. Como fizeram espanhóis e italianos, até Mussolini inventar o fascismo.

As polémicas e os conflitos começaram nos princípios do século XIX, com a posição quanto à Revolução Francesa e ao papel da Igreja. E aí, pode dizer-se que a França marcou o ADN da direita tradicional — a velha direita religiosa, monárquica, contra-revolucionária, identificada na Europa com a nostalgia do *Ancien Régime*. Essa direita tinha um lado romântico, de lealdades e fidelidades antigas, bem retratadas em *Mémoires d'Outre Tombe*, de Chateaubriand, ou em algumas personagens de Balzac e de Jean de La Varende. Mas também no conspiracionismo antimacónico de Abbé Barruel, que teve ecos no nosso talentoso fundibulário José Agostinho de Macedo, que, a seu modo, tinha qualquer coisa de Rivarol.

Em Portugal, os correspondentes seriam os miguelistas, que durante o século XIX mantiveram um forte apoio no país. E não me refiro às guerrilhas pós-guerra civil, mas ao apoio no país profundo de Entre Douro e Minho e das Beiras; só que, por princípio, nunca quiseram organizar-se num partido político. E na literatura ficaram mais na versão satírica de Camilo da *Brasileira de Prazins*, que nos memoriais heróicos do *Centauro de Deus* de La Varende.

A direita francesa teve a sua grande revolução intelectual no final do século XIX, com Maurice Barrès e, principalmente, com Charles Maurras e a Action Française. É uma direita nacionalista, muito marcada pela derrota de 1870-1871 na Guerra Franco-Prusiana; desta derrota concluíram — e Barrès compreendeu bem e traduziu politicamente essa lição em *Les Déracinés* — que as instituições monárquicas, autoritárias, militarizadas, germânicas, eram superiores às instituições do II Império liberal francês. E sobretudo que o organicismo e a disciplina que traziam lhes davam vantagem, no conflito, sobre o individualismo e o divisionismo franceses. Maurras não se cansaria de explicar que era monárquico, não por um qualquer romantismo nostálgico, mas porque achava a monarquia uma instituição mais útil à nação.

Estas duas tradições — a alemã e a francesa — vão ter influência no Portugal dos princípios do século XX. João Franco, apoiado

por D. Carlos, procurará precisamente instalar, com a sua breve ditadura comissarial, um modelo que se aproximava da relação *kaiser — kanzler* no II Reich. Mas a esquerda radical matou o rei, que era o suporte do chefe do governo, e João Franco caiu.

Outro político admirador do modelo kaiseriano e do modelo alemão foi Sidónio Pais. A esquerda também o matou, tomando a iniciativa da violência, do assassinato político, quando não lhe parecia haver outro caminho para parar a direita ou os homens de direita que verdadeiramente temia e teme — os que sabem saltar por cima de esquerdas e direitas anteriores e fazer as mudanças necessárias a partir do poder. Até porque, em Portugal, não era tanto a união que fazia a força, mas a força que fazia a união, como demonstraria Salazar.

A Primeira República teve uma característica clara para partidários e inimigos: em Portugal, a democracia era o governo dos democratas, neste caso, dos democráticos. Era exclusivamente deles e para eles. O partido de Afonso Costa e dos seus sucessores conseguiu ganhar sempre, ou quase sempre, as eleições, quando o direito de voto era apenas extensivo a 7% da população. Sidónio Pais, a alternativa mais consistente que se ergueu contra os democráticos e que representava uma direita nova, popular, social, autoritária, foi morto depois de várias conspirações e atentados falhados. Foi o único presidente da Primeira República eleito pelo povo em sufrágio universal e directo que, como fizera João Franco, estava a mudar a direita e a unir os portugueses — incluindo os católicos e os monárquicos, que os democráticos tinham transformado em cidadãos de segunda —, e o mundo do trabalho, inspirado pelas reformas do socialismo catedrático alemão.

A história da direita portuguesa tem muito que ver com a história das direitas europeias latinas — da espanhola, da italiana, mas, sobretudo, da francesa. Tal como a história da esquerda. Até que uns e outros se tornassem mais atentos à América — a esquerda nos anos 60 do século passado, a direita a partir de 64, da candidatura de Barry Goldwater e da eleição de Reagan na década de 1980.

Mas a França contou muito até aí. Na direita, os integralistas inspiraram-se de tal modo na Action Française que a quase